

O PROCESSO DE ESTIGMATIZAÇÃO DO BAIANO NO POLO NAVAL DE RIO GRANDE – RS.

Pedro Francisco Marchioro¹

Em 2005 na cidade de Rio Grande, localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul, é instalado o polo naval. Com isso a região passa a integrar o circuito global de construção de plataformas para a exploração de petróleo e gás. A cidade de aproximadamente 200 mil habitantes, vinha apresentando índices muito pouco expressivos de movimentação comercial e urbana, isso em parte pelo seu isolamento geográfico, em parte por outros fatores políticos, históricos e culturais próprios dessa região sul do estado. Com a entrada da indústria naval e dos mega empreendimentos, aquela relativa inercia fora animada.

A partir de então há um grande volume de materiais, investimentos e recursos vindos de outros lugares do Brasil e do mundo, que alteraram “significativamente o perfil produtivo da metade sul, bem como suas condições socioeconômicas”. (Plano Diretor do Polo Naval, p. 4) A cidade passa a figurar como um “novo eldorado”, um “novo mapa da prosperidade brasileira”. De modo que, junto a esses novos elementos, uma profusão de “estrangeiros” passa a circular na cidade. Rapidamente as ruas da cidade são infladas, vê-se acelerar seu movimento com fluxos de trabalhadores.

É desse enfrentamento inicial entre a população local e a massa confusa de “estrangeiros”, intensificado pelo volume e velocidade em que se deu as instalações dos megaempreendimentos, que emergirá as primeiras denúncias e acusações do (mal) comportamento do “Baiano”, figura de linguagem que age no sentido de condensar toda a miscelânea de caras novas, hábitos embaraçados, sotaques diversos, comportamentos desviantes, que apareceu na nova configuração da realidade de Rio Grande.

É interessante perceber o contraste entre o que Rio Grande era e o que veio a ser em um período bastante curto, descrever o seu pano de fundo para facilitar a compreensão da sociogênese do estigma (QUINONES e SUPERVIELLE, 2015, p. 18), isto é, do estigma enquanto uma relação, dado que o fenômeno não acontece num vazio social (ELIAS, 2000, p. 32).

Desde os primeiros impulsos da reativação do polo naval de Rio Grande tem havido uma alta incidência de “estrangeiros”, atraídos certamente por tal prosperidade, e

¹ Mestrando em sociologia. Email: pedro-marchioro@live.com

já nos primeiros assentamentos destes migrantes, pôde-se perceber os conflitos divulgados pela mídia local assim como por outros veículos. Via-se um tipo de opinião formando-se a respeito do nordestino, que ia aparecendo na figura do “Baiano”. Em uma rápida busca na internet pôde-se confirmar a existência do conflito. Tomo o tema da hermenêutica do conflito: um objeto “desde onde se faz inteligível os processos de estruturação social” (DE SENA e LISDERO, 2014), tendo em conta que, macromudanças geram efeitos que se manifestam em microespaços.

Os espaços sociais estão imbuídos de regras, regras essas formais ou informais mas que sempre pressupõe a sua infração (GOFFMAN, 1988; BECKER, 2008). Nesse sentido, temos constatado as redes sociais como um espaço privilegiado para a manifestação dos conflitos. Conflitos que iniciam em espaços públicos, vão se desdobrar, ganhar força e forma dentro das redes sociais. Como o “instrumento da fofoca descrita” por Elias e Scotson em *Os estabelecidos e os outsiders* (2000), as redes sociais funcionam para os agentes como uma alavanca onde se tem a possibilidade de atingir o alvo sem que se veja de onde parte o ataque. É nas redes que se vai consolidando a imagem do Baiano e, em contraposição, a própria auto-imagem do nativo.

As redes sociais constituiriam um microcosmo onde se torna possível identificar o desenvolvimento desses conflitos em seu estágio mais desenvolvido e, sobretudo, em seu formato não-velado. Pois esta é uma das dificuldades quando se busca medir e demonstrar fenômenos, à primeira vista, de caráter subjetivo como o estigma. Numa sociedade democrática em que o direito às diferenças é defendido por lei, o estigma se daria através de mecanismos mais sutis e complexos, posto que o próprio agente estigmatizador sofreria prejuízo moral, isto é, estaria sujeito ao estigma.

“Filhos da puta são vocês que vem pra nossa cidade incomodar. Se a sua Bahia é tão boa assim por que vocês tão matando a sua fome aqui? (...)”

“Vão toma no cú seus baianos de merda! Se a Bahia fosse bom não viriam para Rio Grande trabalhar! Vocês são abusados, folgados, seus mortos de fome! Chupa baianada filhos da puta!”

Essa contundência em que o estigma é encontrado nas redes sociais, sobretudo porque preserva o anonimato e generaliza as aversões, não é encontrado nas ruas, nas situações ou encontros sociais cara a cara, portanto não são captadas nem através de

entrevistas nem de observações. A internet, aqui, age como um dispositivo de manifestação das emoções retidas nas situações imediatas, permitindo que as acusações venham à tona.

Todavia, embora a internet se apresente como um espaço profícuo para a análise, o princípio do conflito, a que temos mapeado a partir das pistas levantadas nas redes, reside na vizinhança. É nos encontros diretos, na imediaticidade do cotidiano que os atritos tendem a ser travados. É, pois, no cotidiano que as configurações sociais ganham força e é nele que elas são defendidas contra supostas agressões.

Percorrendo o caminho por onde o rotulo Baiano se erigiu, percebemos que o termo não está condicionado à região de origem daqueles que assim são identificados. Isto é, Baiano pode ser tanto alguém nascido no estado da Bahia, quanto em Pernambuco, Piauí, Paraíba, Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo ou Minas Gerais, como diz um comentário na internet: “Eu tenho nojo dessa gente, um bando de maloqueiros porcos, baianos, cariocas e merda é tudo a mesma coisa”.

O modo de identificar o baiano é muito precário e a aplicação muito variável, dependendo de vários fatores. Como nessa fala: “Como identificar um baiano no polo naval em Rio Grande: É muito fácil, se tiver um celular num ouvido e uma latinha na mão, já achou.” Quer dizer, a aplicação do pejorativo não funciona segundo constatações de laços regionais, nem obedece a distinções de natureza étnica ou racial, tampouco ao clássico recorte de classe. Os estrangeiros ganham em media igual ou até mais do que os nativos, são mais qualificados no ramo naval – daí a necessidade de sua incorporação ao polo. Elias e Scotson (2000) já haviam destacado a aleatoriedade dos sinais que fundamentam os argumentos de inferiorização, tal como cor, religião, gênero, etc.

É essa perspectiva que tem se mostrado adequada em nosso estudo. A seleção dos traços e sinais mostraram-se, primeiramente, em seu processo embrionário de seleção, reunião e tipificação em entidade-estigma. E, num segundo movimento, pudemos observar como o estigma, coisificado, foi utilizado no percurso inverso, de identificação dedutivista de certos traços previamente agrupados nele.

Postulamos ainda que uma mudança numa dada realidade, é acompanhada pela mudança na forma de compreendê-la. Novos instrumentos serão formulados, porem a partir dos já existentes. Daí a precariedade que encontramos nas primeiras formulações acerca das categorias de compreensão dos fenômenos inéditos, tal como o ingresso massivo do estrangeiro.

Num primeiro momento, de encontro com o novo, há esforços no sentido de defini-lo, racionalizá-lo, como nessa fala de Felipe, trabalhador do polo:

São mal educados, não tem respeito por mulheres etc... Muitos são arrogantes... Mal educados. Se acham melhor que os outros.... Falam mal do estado, falam mal das mulheres.... E uma coisa que não aceito é falar mal do meu estado!!! Metem a mãe.... Falando besteiras para as mulher que passa!!!

Ou nessa outra de Andreia, cabeleireira:

Eles são “chinelo”, grudentos, abusados. Se jogam em cima da gente. Outro dia um tentou me beijar no calçadão da praia (...) Tão sempre de chinelo, pode tá o frio que for, e de celular no ouvido (...) Eu não sei, eles têm uma cara assim, como vou te dizer, não é preconceito, mas eles tem uma cara de pobre.

Entretanto, o grande salto para a tipificação do estigma baiano se faz através da música *Foge que é baiano*, lançada de 2010 para 2011, na qual se pode ver alguns desses traços selecionados na percepção daquele que distingue a figura do “Baiano”, num *continuum* simbólico que consolida grande parte das variações das percepções individuais, como na fala de um entrevistado: “Essa musica diz TUDO, só quem tem vizinhos baianos sabe como é verdade!”.

A realidade social, no entanto, como lembra Becker (2008, p. 21), não é uma só. É recortada em múltiplos espaços, níveis e dimensões, de modo que uma pessoa pode seguir corretamente as regras de um espaço e infringir as regras de outro. Do mesmo modo, dependendo do espaço em que os agentes estão situados, há uma variação no grau e intensidade na prática do estigma. Há diferenças no modo de perceber e interpretar o Baiano, relativa ao ponto de vista do agente, isto é, ao espaço em que se situa na estrutura social (BOURDIEU, 1990, p. 158).

A ordem, o normal, regular, o certo, o razoável, o provável, de algum modo traz sempre contraposto seu par binário - o extraordinário, o desviante, a discrepância, a anomia, a exceção. O estigma diz respeito a estas “expectativas normativas” (GOFFMAN, p. 12; 1988). Para Goffmann (1998), os ambientes sociais produzem regras e previsibilidades, de modo que, os comportamentos e ações possíveis de se

praticar em cada ambiente já estão inscritos, apontados nele em estado potencial. Apreendemos essas regras a um nível instintivo, elas fazem parte de nossa natureza social. Daí podermos nos dar ao luxo de deslocar a atenção mental desses por menores enquanto o corpo educado garante a adequação às regras. É essa naturalidade (incorporação das regras do espaço social a um nível instintivo, portanto de estreita correspondência entre espaço objetivo e subjetivo) que faz de nós *nativos*. Se em um restaurante entrar alguém seminu, dançando e entoando cantos esquisitos, rapidamente nos daremos conta de seu deslocamento: “é nesse ponto, provavelmente, que percebemos que durante todo o tempo estivemos fazendo algumas afirmativas em relação aquilo que o indivíduo que está a nossa frente deveria ser.” (GOFFMAN, 1988, p. 12) É a este alguém que Schultz chamou de “estrangeiro”, ou seja, aquele que infringe as regras locais porque ignora, não só a linguagem do ambiente em que ingressa, mas toda a história de sua criação que, em um nativo, é apreendido ao nível do instintivo, que nele se constitui numa segunda natureza. Para o estrangeiro,

Certamente, do ponto de vista do estrangeiro, também a cultura do grupo aproximado tem sua história peculiar, e esta história é até mesmo acessível a ele. Porém ela nunca se tornou uma parte integrante de sua biografia, como foi a história de seu grupo de origem. (SCHULTZ, 2010, p. 122)

Podemos observar que os comportamentos desviantes que permitem as reações e operacionalização do estigma, podem ocorrer pela simples ignorância ou insuficiência do conhecimento superficial que se tem acerca das regras de comportamento social. Becker toma esse argumento em seu estudo sobre o desvio demonstrando como a maioria dos atos desviantes que recebem a classificação de outsiders são “não intencionais”, no sentido de que “podem simplesmente não ter consciência de que nem todos agem ‘daquela maneira’”(BECKER, 2008, p. 36)

Nesse momento, o rótulo Baiano é então não só um novo signo no universo simbólico do riograndino, mas assume uma parcela em sua própria constituição subjetiva, é um categoria mental, ou uma disposição emocional que encontra correspondência na realidade objetiva, e que é atualizada nesse encontro.

O rotulo Baiano, com os estigmas que permitem seu reconhecimento enquanto desviante nas interações cotidianas, encontram-se já reificados na realidade riograndina. Esse descolamento da representação, sua auto-referência, permite que os agentes

operem a rotulação em diferentes ocasiões, de modo dedutivo, ajustando o termo às suas necessidades pontuais. Isso põem a questão da polissemia do termo, em que a parcela incompleta do conceito, sua porosidade, permite operar um ajustamento conforme a necessidade pontual.

O estigma refere-se a uma representação, que aqui aparece sob a necessidade de sentido, de assimilação na teia de significados anteriormente dada na realidade riograndina. Portanto diz respeito ao remendando das fraturas abertas nessa realidade em função da instalação do polo naval, da conservação daquela realidade que garante aos nativos lucros simbólicos de sua agência.